

As 9h32, do dia 18 de julho de 2017, no Auditório Capiba - Edifício Sede da Prefeitura do Recife - 15° andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife, Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife para a 11ª Reunião Ordinária, para tratar das seguintes pautas: Aprovação da ata da reunião anterior, Aprovação da pauta da reunião, Alteração no regimento interno do Conselho, Informes das Câmaras Técnicas e Reuniões Públicas, Encaminhamentos das Câmaras Técnicas e Pauta da próxima reunião. Os nomes dos conselheiros presentes se encontram ao final desta Ata. Após verificar o quórum com a presença de 22 conselheiros, Antônio Alexandre (Poder Público) declarou aberta a plenária do Conselho. Apresentou sugestão de pauta e conduziu à aprovação da ata da reunião anterior. Informou que o documento foi distribuído, juntamente, com a pauta da reunião no momento da convocação. Sem manifestações contrárias, a reunião prosseguiu. Realizou a leitura da pauta e lembrou uma recomendação da reunião anterior, a qual se referia à pontencialização da dinâmica de reuniões das Câmaras Técnicas. Desta forma, serão apresentados os dados das reuniões realizadas e serão repassados os informes sobre a instalação da Câmara de Patrimônio. Leonardo Cisneiros (DU) solicitou por escrito, que fosse dado a conhecer a proposta de alteração de Lei dos Imóveis de Proteção de Área Verde (IPAV), que foi discutido no COMAM. João José (MLPC) solicitou a inclusão do mapeamento das áreas críticas, sendo requerida por Antônio Alexandre (Poder Público) a inclusão desta questão na discussão da próxima reunião do Conselho. Alexandre Pachêco (CENDHEC) pediu que fosse feita a apresentação da proposta para alteração do Regimento Interno. Dentre as questões apresentadas, uma em destaque: Instituição de uma Coordenação Executiva Colegiada para Conselho da Cidade. Procedeu a leitura das propostas de alteração do Regimento para discussão em plenária. Antônio Alexandre (Poder Público) abriu a discussão sobre a proposta. Maurício Pina (Poder Público) pediu a palavra e questionou o fato da proposta não conter a relação dos órgãos governamentais que compõem o Conselho. Antônio Alexandre (Poder Público) argumentou que, na esfera municipal, o Conselho já estabeleceu uma dinâmica de funcionamento que vem se consolidando. É contemplada nas reuniões das Câmaras Técnicas e nas reuniões do Conselho, que têm uma pauta extensa, compreendendo, inclusive, a reformulação prevista para o Plano Diretor, as Leis e Instrumentos e Urbanísticos. Quanto à proposta do prof. Luis De La Mora, sobre a criação de uma Coordenação Executiva, explicou que, hoje, o Conselho funciona com as Câmaras Técnicas, reuniões e plenárias, e que esses espaços de discussão atendem às atuais atribuições dos Conselhos. Argumentou que a criação de mais uma instância colegiada, não acrescenta, em termos de atribuições, os espaços de participação. Leonardo Cisneiros (DU) lembrou que em 2013, no início das discussões para a construção do Conselho da Cidade, o secretário ligou para ele e Rudrigo Rafael. Naquela ocasião, a experiência foi positiva, pois significou um ato de compartilhamento visando às decisões que seriam tomadas, portanto, um gesto democrático, onde as instâncias de participação são consolidadas. Defendeu que a proposta do professor De La Mora não é burocrática, que constitui uma forma de consolidar a relação democrática. Para ele, pode, ainda, contribuir para redução de conflitos, considerando que as propostas não serão

Q.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

0 0 0 ×

erando que as propostas não sera

at gt



unilaterais, e, assim, fortalecer o Conselho como uma instância participativa e democrática. Alexandre Pachêco (CENDHEC) esclareceu que parte do que se encontra na proposta apresentada já está na Lei. Lembrou que as atribuições do Conselho estão distribuídas, porém, não há um espaço de diálogo e assim, toda a condução do Conselho acontece de forma unilateral. Alegou que essa instância é essencial para que se estabeleça a troca de ideias e que as pautas do Conselho da Cidade não são técnicas, são políticas. Reiterou que a existência de um Conselho significa um espaço de diálogo entre Poder Público e sociedade civil e, assim, reduz possíveis conflitos. Considera que a Prefeitura da Cidade do Recife tem dificuldade de entender esses espaços de diálogo. João Domingos (Poder Público) questionou sobre a necessidade de mais um espaço de articulação, além do que está estabelecido. Lembrou que a articulação se dá em qualquer momento e em qualquer espaço, não precisa institucionalizar. Afirmou que a proposta não está equilibrada, pois a composição do Conselho está incompleta. Considera que não há sentido em sua criação, já que o Regimento do Conselho prevê atribuições que garantem a participação dos segmentos. Glória Brandão (Poder Público) perguntou se a proposta de pauta pode ser feita por todos os conselheiros. Antônio Alexandre (Poder Público) respondeu que sim e que a atual pauta é resultado de uma solicitação de um conselheiro. Sandro Guedes (ADEMI/PE) julgou que essa proposta levará a mais burocracia; que a participação popular não está sendo tolhida e que, a falta de representações se deve ao fato de não haver interesse em ocupar o espaço já constituído. Sugeriu que o Conselho encerrasse a presente discussão e, portanto, gerasse condições de trabalho. Leonardo Cisneiros (DU) argumentou que todos querem trabalhar. Lembrou que no ano de 2015, o Conselho passou oito meses parado porque o Poder Público não convocou reunião. Ressaltou que a participação não deve depender da boa vontade do governo municipal e que esta relação deve ser institucionalizada. Falou ainda, que a pauta atual do conselho é importante, mas não foi discutida anteriormente com a sociedade civil. O que se quer instituir é um meio de efetivar as decisões compartilhadas. Ronaldo Coelho (HABITAT) crê que uma instância a mais não acarreta mais burocratização ao Conselho, mas ao contrário, acelera os trâmites. Na proposta em discussão, a organização das pautas seria papel da coordenação executiva. Os conselheiros poderiam sugerir quantas pautas quisessem, mas a escolha final caberia à coordenação executiva e não à plenária do Conselho. Exemplificou o caso do Conselho Estadual, cujas plenárias precisavam de dois dias para esgotar as extensas pautas. Disse que, hoje, quem define a frequência das reuniões extraordinárias é o Poder Público, e que esse ponto pode ser uma atividade a ser assumida pela comissão em tela. Lamentou-se quanto ao fato de que muitos projetos são encaminhados à Câmara de Vereadores sem que o Conselho tenha conhecimento ou participação. Antônio Alexandre (Poder Público) solicitou que, após a interlocução do próximo inscrito, as discussões fossem encerradas. Respondeu a Leonardo Cisneiros (DU) que o Conselho Municipal tem dinâmica diferente de outros conselhos de instâncias federais. Enfatizou que problemas passados, relacionados ao atraso de reuniões, decorreram de procedimentos, necessários à Prefeitura como estudos, estabelecimento de convênios etc., para por

Gr.

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

tudos, estabelecimento de

nica nas nas ntos por



em prática as agendas que ainda não estavam devidamente articuladas. Considerou que as pautas atuais se encontram em um grau de amadurecimento diferenciado, as quais permitem o trabalho do Conselho. Falou que a proposta da Coordenação Executiva, não se faz necessária, pois todas as atribuições já estão sendo exercidas. Noé Sérgio (IAB/PE) colocou que a articulação com as Câmaras é um grande avanço. Falou que os planos requerem a inter-relação das várias Câmaras Técnicas. Considerou que a coordenação pode exercer um papel articulador e integrador de apoio à secretaria executiva do Conselho. Alexandre Pachêco (CENDHEC) declarou que o Regimento Interno não pode criar nada de novo e que o que se quer é aproveitar o existente para promover o diálogo, mostrando-se ineficiente. Reforçou que a proposta da Coordenação Executiva é não permitir a desmobilização. Lembrou que a proposta do professor Luis De La Mora (UFPE) foi muito feliz, pois se corre o risco de efetivar um processo de planejamento urbano apenas tecnocrático. Falou que não entende por que o Recife, com tanta experiência democrática, é resistente em reconhecer experiências que já deram certo. Propôs que esta discussão seja amadurecida entre os conselheiros, com um tempo a mais para o diálogo, devendo ser retomada na próxima reunião do Conselho. Luciana Félix (Poder Público) considerou que a proposta já foi exaurida em termos de discussão e que a plenária pode apreciar a matéria e votar sobre a questão. Antônio Alexandre (Poder Público) apoiou o encaminhamento dado pela conselheira Luciana Félix (Poder Público). Alexandre Pachêco (CENDHEC) colocou que mantém sua proposta de adiar a discussão para a próxima reunião. Argumentou que a votação no momento será contra a busca de um consenso. Declarou que a Prefeitura da Cidade do Recife não está aberta à discussão e ao diálogo com a sociedade civil. Antônio Alexandre (Poder Público) declarou que a gestão pública está aberta ao diálogo, sim, e que este procedimento acontece nas diversas instâncias do Conselho, não sendo necessária a criação de mais um ambiente de discussão. Em seguida, foi encaminhada a votação: primeira proposta - criação de uma instância de coordenação executiva colegiada para o Conselho e segunda proposta - não acatar a proposta feita pelo representante do CENDHEC, Alexandre Pachêco. A votação foi realizada nominalmente, gerando o seguinte resultado: primeira proposta: oito votos; segunda proposta: dezoito votos; além de duas abstenções e dezessete ausências. Assim, a proposta para criação de uma câmara executiva foi rejeitada. Concluído esse momento da votação, Antônio Alexandre (Poder Público) apresentou o segundo ponto de pauta que se referiu ao trabalho nas Câmaras Técnicas. Aproveitou a ocasião para solicitar que o segmento social fizesse a definição dos representantes das Câmaras Técnicas. João Domingos (Poder Público) apresentou em que fase de discussão se encontra a Câmara Técnica de Planejamento, Controle Urbano e Meio Ambiente. Relatou que a reunião da Câmara foi bem positiva e procedeu à leitura das deliberações da 6ª Conferência Municipal, identificando as propostas nos planos e projetos em discussão pela Câmara Técnica. Lembrou que inicialmente ocorreram (problemas de logística para realizar as reuniões, o que acarretou atrasos. Porém, atualmente, esta agenda foi retomada devendo ser acelerada no segundo semestre. Fez referência às discussões pautadas pelo Plano Diretor e o EIV, os quais serão

Q.

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

00

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

17

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

das pelo Plano Diretor e

or e o EIV, os quais

3



retomados na próxima reunião, prevista para 09 de agosto de 2017. Informou que, nessa reunião, será visto, também, o Plano Específico de Santo Amaro Norte. Disse que o material a ser estudado será disponibilizado com quinze dias de antecedência para os conselheiros. Reforçou que a proposta atual é realizar a reunião no dia 09 de agosto de 2017, para discutir o Plano Específico de Santo Amaro e outra no dia 23 de agosto para discutir o EIV. Avisou que, nesse intervalo, será realizada uma Audiência Pública sobre o Plano. Lembrou que os instrumentos da outorga onerosa do direito de construir (OODC), transferência do direito de construir (TDC) e do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios (PEUC) e o IPTU progressivo, serão apresentados ao Conselho ainda neste semestre, como também o Plano para o Quadrilátero de Santo Amaro. Antônio Alexandre (Poder Público) explicou que este Plano compreende a ZEIS Santo Amaro, Tacaruna e Vila Naval; e que o convênio com a UNICAP construiu diretrizes que deverão contribuir para essa discussão. Informou que a Câmara discutirá sobre a questão e, em seguida, será realizada a Audiência Pública. João Domingos (Poder Público), a pedido de Leonardo Cisneiros (DU), abordou a lei dos IPAVs, cujo projeto de lei está em análise no COMAM, e deverá ser apresentado ao Conselho da Cidade. Procedeu informes sobre a reunião pública realizada sobre o Plano Centro Cidadão, quando, Ângela Carneiro (CAU) solicitou esclarecimentos quanto às mudanças e como está formatado no momento. Leonardo Cisneiros (DU) registrou que a mudança de agenda não deveria ser feita apenas pelo Poder Público. Solicitou que a pauta da Câmara fosse invertida. Fez referência ao fluxo de trabalho da secretaria do Conselho, que não permite a participação mais efetiva dos conselheiros. Ressaltou que muitas vezes os projetos vêm com a minuta pronta e não permite a participação mais efetiva dos conselheiros. Propôs, ainda, que, caso o material não fique pronto até a data da reunião, seja levado o existente. Afirmou, ainda, que não é imperativa a conclusão de qualquer material para ser levado às reuniões. No caso do IPAV, avalia que este incide, claramente, sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Não se trata de uma mera questão ambiental. Desse modo, sugeriu a criação de um grupo trabalho específico para participar diretamente da discussão junto ao COMAM. Houve uma proposta de alteração das reuniões da Câmara Técnica de Planejamento - para o dia 2 de agosto a discussão do EIV e no dia 16 o Plano de Santo Amaro. Vera Freire (Poder Público) avaliou que seria melhor manter a data do dia 31 de julho, pois permite maior amadurecimento da discussão sobre o Plano de Santo Amaro. Glória Brandão (Poder Público) esclareceu que o projeto de lei para os IPAVS não altera a Lei de Parcelamento do Solo e eles, segundo o Plano Diretor, integram áreas protegidas. A proposta de modificação da lei se ocupa da questão do desmembramento e do parcelamento dessas áreas. Para isto, deve-se considerar caso a caso. Lembrou que os IPAVs permitem usos em seus terrenos e que estes podem contribuir para a preservação de áreas verdes. O que se está propondo é que o COMAM faça a sua avaliação através de sua Câmara Técnica para, posteriormente, apresentar ao Conselho da Cidade. Leonardo Cisneiros (DU) avaliou que é necessário discutir melhor o projeto de mudança da lei sobre os IPAVs, por ter implicação com a legislação urbanística. Antônio Alexandre (Poder Público) pontuou que o parecer do serge Sentery

A.

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

61

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

6 8:

*

portuou que o pare

n a do



RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE Ata da 11ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife Dia 18 de julho de 2017

COMAM deverá ser trazido para o Conselho da Cidade. Leonardo Cisneiros (DU) enfatizou que o parecer do COMAM deve ser discutido na Câmara de Planejamento. Eugênia Simões (Poder Público) explicou que a lei de parcelamento atual exige o loteamento de áreas com mais de 6,25 hectares. Essa situação criou um impasse, pois as áreas que têm essa dimensão e que, também, são IPAVs, não podem ser loteadas. À vista disso, essa incompatibilidade entre as legislações gerou a discussão para alteração da Lei do Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP). Sugeriu-se que a discussão, inicialmente, fosse realizada no COMAM, para depois ser examinada pelo Conselho da Cidade. João Domingos (Poder Público) respondeu aos questionamentos de Ângela Carneiro (CAU), comunicando que ocorreram alterações no convênio inicial da Prefeitura do Recife com a UNICAP, sendo realizadas as devidas reduções e o que não foi contemplado, passou a ser trabalhado pelo ICPS, denominado de Plano Especifico do Quadrilátero de Santo Amaro. Antônio Alexandre (Poder Público) disse que, para esse quadrilátero já existem estudos, porém, os projetos de construção estão suspensos até o final deste ano. João Domingos (Poder Público) complementou que, dada à necessidade, o ICPS assumiu a elaboração dessa parte do Plano. Sobre o IPAV, solicitou que a plenária se posicionasse sobre a condução da discussão. Sobre as agendas, defendeu que o adiamento tem a ver com o período de férias, podendo ocorrer esvaziamento de uma discussão tão importante. Considerou que a data proposta pela Câmara está condicionada ao andamento dos trabalhos e como já havia uma programação para o dia 09/08/17, achou pertinente manter para a reunião da Câmara. Quanto à Audiência Pública, avaliou que poderá ser marcada nesse período. A expectativa é que seja realizada na penúltima semana do mês de agosto, bem como para esse mesmo mês, as pautas referentes ao Plano de Santo Amaro e ao Estudo de Impacto de Vizinhança. Antônio Alexandre (Poder Público) considerou que as datas das reuniões das Câmaras podem ser confirmadas e a Audiência acontecer na semana de 21 a 26 de agosto. Leonardo Cisneiros (DU) sugeriu que a Audiência Pública fosse realizada nas proximidades das comunidades afetadas pelo Plano de Santo Amaro. Os seguintes estabelecimentos foram citados como opção: Auditório da COMPESA, Clube do Cisne e escolas de Santo Amaro. A agenda de reunião ficou ratificada da seguinte forma: dia 09 de agosto (quarta-feira) - reunião ampliada sobre o Plano de Santo Amaro Norte; dia 16 de agosto (quarta-feira) reunião sobre o EIV e a semana (21 a 26 de agosto), reservada para realização da Audiência Pública. Leonardo Cisneiros (DU) perguntou o prazo de envio dos materiais para os membros da Câmara, assim como a sistematização do relatório elaborado pela UNICAP. João Domingos (Poder Público) lembrou que a próxima reunião da Câmara Técnica não será de deliberação e que, por ocasião da Audiência Pública, haverá um prazo longo para discussão. Como todos concordaram, Antônio Alexandre (Poder Público) repassou a palavra para José Fernandes (Poder Público) para fazer um resumo das atividades da Câmara Técnica de Saneamento. Ele informou que foi indicado provisoriamente pelos membros da câmara como coordenador, e que, assim que a composição da câmara for completada, com a indicação dos representantes do segmento dos movimentos sociais, colocará em pauta novamente a definição do

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

88

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

05

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219



coordenador pela câmara. Outro ponto acordado foi a definição de reuniões na primeira quarta-feira de cada mês. Em seguida expôs o que foi discutido - as deliberações da 6ª Conferência Municipal, no que diz respeito as deliberações do grupo temático de saneamento ambiental. O processo definido na Câmara foi disponibilizar o conteúdo do diagnóstico dos estudos para elaboração do Plano de Drenagem para todos os conselheiros e em seguida discutir as proposições e elaboração do projeto de lei. Destacou que acredita no espaço do Conselho para a efetivação do diálogo entre Poder Público e sociedade civil, consolidando a gestão democrática da cidade. Antônio Alexandre (Poder Público) listou os temas debatidos na Câmara de Saneamento: Política de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Saneamento e de Macrodrenagem, e disse que o material será viabilizado para discussão. Informou-se que o material é extenso para ser enviar por e-mail e será estudada uma solução para sua disponibilização. Sobre a Câmara de Mobilidade, João Domingos (Poder Público) pontuou que as deliberações da 6ª Conferência Municipal do Recife estão incluídas no Plano de Mobilidade. Propôs, também, que para a próxima reunião, seja convidado um representante da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente para abordar o tema "arborização" e "ciclovias". E, ainda, que, possivelmente, no mês de novembro, o Plano de Mobilidade será finalizado e enviado à Câmara de Vereadores. Maurício Pina (Poder Público) colocou que, no final do mês de julho, o Governo do Estado fará um convênio para elaboração de um Plano de Mobilidade para a Região Metropolitana. O qual será articulado com os Planos Municipais. A metodologia adotada no Plano de Mobilidade do Recife será considerada no Plano Metropolitano de Mobilidade, bem como será objeto de apresentação em um congresso no final de outubro, em Recife. João Domingos (Poder Público) avisou que os estudos estão disponibilizados no site do ICPS e do Conselho. Sônia Pereira (APEC) falou que o Recife ainda não tem propostas concretas de mobilidade para pessoas com deficiência. Sugeriu que a propostas elaboradas pela Câmara Técnica fossem encaminhadas a APEC, pois os membros da Associação são aptos para essa análise. Fernando Holanda (RAPS) colocou que essa discussão teve origem em uma discordância gerada na 6ª/ Conferência da Cidade, mas que é importante que as Câmaras Técnicas respeitem as deliberações da Conferência. Antônio Alexandre (Poder Público) lembrou que as reuniões da Câmara Técnica de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, têm reservadas as primeiras terças-feiras de cada mês e que cada um dos capítulos do Plano de Mobilidade será discutido, separadamente, nesses dias. A Câmara de Vereadores solicitou discutir a questão, o que poderá ser feito em agenda conjunta. Sobre a Câmara de Habitação e Regularização Fundiária, a principal agenda é a elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social e que já uma data marcada, dia 29 de agosto de 2017, quando acontecerá a apresentação das propostas do Plano. Ângela Carneiro (CAU) pediu que a agenda fosse combinada, também, com os participantes da Câmara, para não haver choque de agenda. Antônio Alexandre (Poder Público) reportou-se a Câmara de Patrimônio, e da validação com o prefeito/ acerca da necessidade de se investir na formulação do Plano Municipal de Gestão do Patrimônio Cultural e das particularidades de suas ações. Destacou que o Plano de

Q.

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

132

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

149

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

4

singis south

And -



Preservação de Sítios Históricos do Recife (PPSH) está completando 40 anos de sua publicação e foi um instrumento pioneiro nesta área. Informou que a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) já está em condições de fazer a apresentação do primeiro esboço do novo Plano, para instaurar a Câmara Técnica de Patrimônio. Sugeriu que a reunião fosse marcada para o dia 17 de agosto de 2017. Lorena Veloso (Poder Público) observou que gostaria de fazer uma apresentação mais elaborada, mas que estaria disponível para a data indicada. Marcelo Freitas (IPHAN) expressou sua preocupação no sentido de que o patrimônio cultural possa ser visto apenas como um nicho cultural. Nesse sentido, sugeriu que fosse integrado a outros debates e informou, também, que existe uma Câmara Técnica no Conselho de Cultura, que trata de patrimônio e arquitetura. Orientou que a Câmara Técnica do Conselho da Cidade resgatasse documentos por ela produzidos. Leonardo Cisneiros (DU) colocou que, entre os conselheiros, há pessoas com experiência e gabarito para contribuir com o debate, na Câmara de Patrimônio. Por esse motivo, reforçou o pedido de antecipação da apresentação do novo Plano mesmo inacabado. Sônia Pereira (APEC) afirmou que o patrimônio afeta, também, a pessoa com deficiência e, retomando a questão do congresso de mobilidade, solicitou mais informações. Maurício Pina (Poder Público) informou que haverá o Trigésimo Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes - ANPET, que reunirá pesquisadores e professores de todo Brasil. Comprometeu-se em saber a cerca da participação de entidades da sociedade civil. Antônio Alexandre (Poder Público) informou que a Câmara de Vereadores instalou uma comissão de acessibilidade de mobilidade. Ângela Carneiro (CAU) demandou a substituição do Conselho de Psicologia pelo CAU, na Câmara de Patrimônio. Explicitou que, também, tem interesse na discussão sobre acessibilidade da pessoa com deficiência. Antônio Alexandre (Poder Público) informou que as Câmaras estão abertas à participação de quem assim o deseje. Ângela Carneiro (CAU) pediu que a substituição fosse formalizada. Antônio Alexandre (Poder Público) se referiu à solicitação de João José (MLPC) quanto a uma reunião extra do Conselho para ciência pública do diagnóstico das áreas críticas, elaborado pela Secretaria de Saneamento. Disse que, em algumas áreas, foram realizados levantamentos censitários, relevantes para esse Plano, já que o último trabalho realizado com dessa natureza tem mais de 15 anos. O último ponto de pauta diz respeito à pauta da próxima reunião, que se refere ao Plano de Santo Amaro Norte e o EIV, objeto de discussão da Câmara. Leonardo Cisneiros (DU) colocou que os e-mails cadastrados pela Secretaria sejam considerados com retorno para o conselheiro. Estes e-mails podem ser utilizados para sugestão e solicitações. Glória Brandão (Poder Público) lembrou que os documentos podem ser disponibilizados em braile e informou que a Secretaria de Defesa Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos tem uma impressora que imprime em braile. Ângela Carneiro (CAU) informou que existem aplicativos que viabilizam esse tipo de conversão. Antônio Alexandre (Poder Público) falou que a impressão em braile será considerada assim como o intérprete em libras. João José (MLPC) informou que, nos dias 08, 09 e 10/09/2017, a Confederação Nacional das Associações de Moradores fará seu congresso em Pernambuco, cujos temas tratados

St.

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

93

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

KS &

A She

Stemas tratac

7 N

the



pelo Conselho serão debatidos nessa ocasião. Daniel Valença (AMECICLO) informou que se realizará em Recife o fórum Bicicultura 2017 - Revolução das bicicletas, entre os dias 7 a 10/10/2017. Antônio Alexandre (Poder Público) solicitou que a plenária definisse como indicativo o período de realização da próxima reunião, sendo préagendado para o dia 14 de setembro de 2017. A reunião foi encerrada às 12h31. Sem mais nada a acrescentar, eu, Maria Socorro Cavalcanti, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 18 de julho de 2017.

309

310

311

312

313

314

Alexandre Pachêco (CENDHEC)	Chole of the
Ana Cláudia Gusmão (Poder Público)	Camin Mota
Ângela Carneiro (CAU/PE)	Λ
Antônio Alexandre (Poder Público)	AA
Cezar Augusto (Poder Público)	Cigaron Sust Thed! Lan
Daniel Valença (AMECICLO)	V (
Degenildo Trajano (PREZEIS)	
Dora Pires (Poder Público)	
Élida Santos (Poder Público)	
Eugênia Simões (Poder Público)	Chip)
Fernando Alcântara (Poder Público)	
Fernando Holanda (RAPS)	
Isaac Machado (Grupo da Pessoa com Deficiência do Recife)	
João Domingos (Poder Público)	
João José da Silva (MLPC/PE)	Poto Pone da si la
José Fernandes Jr. (Poder Público)	The ASI
Leonardo Cisneiros (Direitos Urbanos)	Jeorge Cini-
Lorena Veloso (Poder Público)	Sand
Luciana Félix (Poder Público)	hormane fuirs
	Simpo Samol



Luciano Ferraz (Poder Público)	
Marcela Paiva (Poder Público)	MPSGusmao
Maria da Glória Brandão (Poder Público)	main de Joni de S. M.
Maurício Pina (Poder Público)	Janiais Vorei
Noé Sérgio (IAB/PE)	ell & Go Bans
Reneudo Guedes (Centro Cultural do Coque)	i y
Ronaldo Coelho (HABITAT/PE)	And Colh I.I.
Sandro Guedes (ADEMI/PE)	
Sebastiana dos Prazeres (CEPAS)	
Sérgio Xavier (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental)	Singio Xaring day Santay
Sônia Pereira (APEC)	/ / /
Taciana Sotto-Mayor (Poder Público)	
Ubiratan Augustinho (UNMP/PE)	
Vera Christine (Poder Público)	



 \mathfrak{M}

ERRATA

Página 7, Linha 282, onde se lê Trigésimo, leia-se Trigésimo Primeiro Congresso Página 8, onde se lê Ana Cláudia Gusmão, leia-se Ana Cláudia Mota

Assinado

Maria do Socorro Cavalcanti